

DE FATO E DE DIREITO: O QUE ESTAMOS PESQUISANDO



Neste espaço o leitor encontra reunidas as ementas aprovadas pelos professores dos campi Florianópolis e Tubarão. Tratam-se de trabalhos monográficos de conclusão de curso dos alunos da UNISUL, considerados pelos professores orientadores e membros de banca, sob a chancela dos coordenadores da área, como destaque, em função da qualidade de pesquisa e metodologia, além da perfeição textual diretamente supervisionada e revisada pelos orientadores de cada tema.

Trata-se de coluna assinada pelos coordenadores de direito Maurício Zanotelli, Solange S. Thiago e Virginia Lopes Rosa

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA E COMPLIANCE: LIMITES E POSSIBILIDADES

ACADÊMICO: ALESSANDRA GRAMKOW HAMMES

ORIENTADOR: HERNANI LUIZ SOBIERAJSKI

EXAMINADOR: HENRIQUE BARROS SOUTO MAIOR BAIÃO

EXAMINADOR: HERCÍLIO EMERICH LENTZ

E-mail: alegramkow@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca avaliar em que medida o *compliance* é compatível com o princípio constitucional da eficiência, no que se refere à promoção de uma administração pública eficiente. No que tange à metodologia, o estudo caracteriza-se como descritivo, de natureza qualitativa e uma abordagem de pensamento dedutiva. Para o desenvolvimento do tema, apresentam-se os principais conceitos e características do princípio da eficiência, discorrendo sobre o contexto histórico no qual a eficiência foi elevada explicitamente a princípio constitucional. Discorre-se, ainda, acerca do *compliance*, como ferramenta de governança, bem como sobre sua implantação por meio de um programa estruturado. E por fim, apresenta-se a perspectiva da aplicação do princípio constitucional da eficiência e de programas de *compliance* conforme encontrado na jurisprudência e no referencial teórico pesquisado. Conclui-se que a adoção desse tipo de programa pelas organizações, públicas e privadas, possibilita o alinhamento de valores éticos e de conformidade normativa capazes de promover a eficiência na administração pública.

Palavras-chave: Princípio da Eficiência. *Compliance*. Programa de Integridade.

ADOÇÃO E EFEITOS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ACADÊMICA: ALICE DE MEDEIROS KOEPEL

ORIENTADOR: AGENOR DE LIMA BENTO

EXAMINADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: MICHEL MEDEIROS NUNES

E-mail: alicekoepele@hotmail.com

Resumo: A presente monografia tem como objetivo principal analisar os requisitos mínimos para a efetividade dos programas de *compliance* e seus efeitos perante a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Para tal, adotaram-se os seguintes métodos de pesquisa: quanto à abordagem, qualitativa; quanto ao nível, exploratória; e, quanto ao procedimento de coleta de dados, bibliográfica, uma vez que este se deu através de livros e artigos referente ao tema. Verificou-se neste trabalho que, é necessário realizar uma análise de riscos, a elaboração de um código de ética, o envolvimento da alta administração, treinamentos periódicos, bem como canais de comunicação para a efetividade de um programa de *compliance*. Desse modo, tal programa garante a observância da legislação de proteção de dados pessoais, além de poder servir como critério atenuante no momento da aplicação das sanções administrativas previstas, e, até mesmo, para afastar a responsabilidade civil.

Palavras-chave: Proteção de dados; *Compliance*; Programas de integridade.

ICMS ECOLÓGICO: PROPOSTA DE RECURSO PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

ACADÊMICA: ALINE MATOS NAHAS

ORIENTADORA: TÂNIA MARIA FRANCOSI SANTHIAS

EXAMINADOR: JULIAN DE FREITAS SALVAN

EXAMINADOR: LEONARDO FORNARI

E-MAIL: alinematosnahas@gmail.com

Resumo: Esta monografia teve por objetivo verificar se o ICMS ecológico, através de critérios ambientais de repartição, pode ser utilizado como um instrumento de políticas ambientais no âmbito da administração pública municipal para a promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo se justifica e se faz relevante, uma vez que a causa ambiental e as várias formas de manter o ecossistema em harmonia com o desenvolvimento econômico tem sido uma crescente preocupação entre os gestores públicos e esse equilíbrio tem se tornado um grande desafio. No primeiro momento são abordados o sistema tributário nacional, a classificação e função dos tributos, competência e capacidade tributária, limitação ao poder de tributar e a repartição das receitas. Em seguida apresentou-se as relações entre os seres humanos e o ambiente físico, a mudança de paradigma na questão dos incentivos fiscais e considerações acerca da atuação do direito tributário ambiental em defesa do meio ambiente. Por fim, aborda os pagamentos por serviços ambientais, conceitua o ICMS ecológico, apresenta a implantação do ICMS ecológico em três estados brasileiros (Paraná, São Paulo e Minas Gerais) e apresenta como alternativa a taxa de preservação ambiental a implantação do ICMS ecológico em Santa Catarina. Para tanto, o método utilizado é o dedutivo, através de pesquisa bibliográfica, nos quais empregou-se livros, artigos científicos e legislação. Assim, concluindo que o ICMS ecológico, é uma proposta viável de manutenção e conservação do meio ambiente, através da compensação financeira aos municípios que adotam posturas positivas em relação a proteção ambiental.

Palavras-chave: Repartição do ICMS. ICMS ecológico. Tributação ambiental. Preservação do meio ambiente.

EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA: ANÁLISE PROCESSUAL DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA COMARCA DE IMARUÍ/SC

ACADÊMICA: ALYCIA CARDOSO BRASIL

ORIENTADOR: SILVIO ROBERTO LISBOA

EXAMINADOR: JOSIAS MACHADO SEVERINO

EXAMINADOR: WALMOR CARLOS COUTINHO

E-mail: alyciacardosobrasil@gmail.com.br

Resumo: O presente trabalho monográfico teve como objetivo geral analisar a efetividade e aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha durante os anos de 2017 e 2018 na Comarca de Imaruí/SC. A natureza da pesquisa quanto ao nível foi descritiva, no tocante à abordagem foi quantitativa e qualitativa. Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: bibliográfico, documental e de levantamento de dados. A técnica de pesquisa eleita se constituiu na realização de coleta de dados no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e em questionário à magistrada da Comarca de Imaruí. Foram analisados 67 (sessenta e sete) processos de Violência Doméstica que tramitaram na Comarca de Imaruí/SC, nos anos de 2017 e 2018, por meio de formulário para catalogação documental criado pela autora. Foram excluídos os processos em que não houve a aplicação de Medidas Protetivas de Urgência. O questionário aplicado à magistrada seguiu o roteiro criado também pela autora. Com a análise dos dados, concluiu-se pela parcial efetividade na aplicação de medidas protetivas de urgência na Comarca de Imaruí, bem como, pela possibilidade de se solucionar os problemas encontrados na referida Comarca através da implementação de programas assistenciais.

Palavras-chave: Violência contra Mulheres. Poder Judiciário. Proteção. Prevenção.

O CARTEL E SUAS PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA LEI ANTITRUSTE NO PROCESSO LICITATÓRIO

ACADÊMICO: BEATRIZ DOS SANTOS PIRES

ORIENTADOR: JULIAN DE FREITAS SALVAN

EXAMINADOR 1: DENIS DE SOUZA LUIZ

EXAMINADOR 2: DAGLIÉ COLAÇO

E-mail: bia.santos.pires@gmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo a apresentação do crime de cartel e suas práticas encontradas nas licitações públicas, bem como a importância da lei antitruste no processo licitatório. Para compreensão do tema, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, pois parte do geral, ou seja, o cartel e suas práticas anticoncorrenciais nas licitações públicas, para o específico, a importância da lei antitruste no processo licitatório. A natureza de pesquisa é qualitativa, com método de procedimento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica, utilizando-se doutrinas, legislações, jurisprudências e artigos. Para contextualizar a pesquisa, apresenta-se à introdução, bem como o estudo dos elementos básicos das licitações e importância da livre concorrência, em seguida abordou-se um breve histórico dos dispositivos constitucionais brasileiros antitruste. Adiante, foi realizada a apresentação das legislações inerentes ao processo licitatório, bem como a denominação de cartel e suas práticas anticoncorrenciais nas licitações. Encerrando, com um breve estudo de casos julgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a respeito dos cartéis em licitações públicas. Através desta pesquisa, concluiu-se que a Lei nº 12.529/2011 possui um papel importantíssimo no processo licitatório, pois, delimita o poder de mercado exercido pelas empresas, respeitando e garantindo a livre concorrência.

Palavras chaves: Licitações Públicas. Cartéis. Livre concorrência

BACKLASH “O EFEITO MAJORITÁRIO AO CONTRAMAJORITÁRIO”: SUA MANIFESTAÇÃO NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

ACADÊMICO: BRUNO FERNANDES ZOPELARO

ORIENTADOR: CRISTIANO DE SOUZA SELIG

EXAMINADOR: JEAN MARCEL ROUSSENQ

EXAMINADOR: WILSON DEMO

E-mail: brrunozopelaro@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo geral analisar como é manifestado o efeito *backlash* na República Federativa do Brasil dentro do atual cenário jurídico nacional. Quanto à metodologia utilizada para a realização do presente estudo, denota-se a pesquisa exploratória e abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, utilizou-se o bibliográfico e o documental. O resultado apresentado demonstrou que o fenômeno se manifesta no Brasil, principalmente, através de reações legislativas, manifestações sociais, críticas midiáticas e fortalecimento dos candidatos na plataforma eleitoral, especialmente de grupos conservadores. Após a realização da pesquisa, concluiu-se que o nível de impacto do efeito no Brasil, ainda é fraco e pouco estudado. Contudo, na prática, é consideravelmente sentido em alguns setores da sociedade, da política e do sistema jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Efeito Backlash. Ativismo Judicial. Contramajoritário.

INTERRUPÇÃO DO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA: RESPONSABILIDADE CIVIL EM RAZÃO DOS DANOS MORAIS CAUSADOS AOS ADOTANDOS

ACADÊMICO: CARINI SILVA COELHO

ORIENTADOR: PATRICIA RUSSI DE LUCA

EXAMINADOR: JEFERSON PUEL

EXAMINADOR: DENIS DE SOUZA LUIZ

E-mail: carinisilva@hotmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é demonstrar a possibilidade de incidência da responsabilidade civil por danos morais causados ao adotando, em virtude da desistência da adoção no decorrer do estágio de convivência. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, por meio da técnica de pesquisa documental e bibliográfica, com base na legislação, doutrinas e artigos científicos. Para introduzir o tema, apresenta-se o instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro, reportando-se ao seu conceito, evolução histórica, os tipos, o processo e os cadastros de adoção existentes no Brasil. Em seguida, adentra-se no tema da responsabilidade civil, abordando-se seu conceito, antecedentes históricos, pressupostos gerais e espécies. O último capítulo apresenta a possibilidade de incidência da responsabilidade civil por danos morais ao adotando em razão da desistência da adoção durante o estágio de convivência. Demonstra-se os motivos que culminam na devolução dos adotandos, bem como as consequências que este ato proporciona às crianças e/ou adolescentes que enfrentam esse novo abandono. Por fim, a pesquisa conclui que a interrupção do estágio de convivência de forma leviana e inconsequente pelos adotantes, viola os direitos fundamentais da criança e/ou adolescente, gerando dano, configurando o ato ilícito, portanto, passível de reparação. Em que pese não existirem meios capazes de compensar satisfatoriamente o sofrimento dos adotandos, a responsabilização civil do adotantes apresenta-se como uma medida eficaz para amenizar os danos suportados pelas crianças e/ou adolescentes, pois o novo abandono deixará marcas não só em suas vidas, mas em suas almas.

Palavras-chave: Adoção. Devolução. Estágio de Convivência. Responsabilidade Civil

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE NA DESAPROPRIAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA FINS DE TRANSPLANTES

ACADÊMICO: CAROLINA RAULINO PERES

ORIENTADOR: GISELE RODRIGUES MARTINS GOEDERT

EXAMINADOR: ELVIS DANIEL MÜLLER

EXAMINADOR: CARINA MILIOLI CORRÊA

E-mail: carolinarperes96@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como tema A aplicação do princípio da autonomia da vontade na desapropriação de órgãos para fins de transplantes, onde o objetivo é apresentar a importância da aplicação do princípio da autonomia da vontade na desapropriação dos órgãos, para a finalidade de transplantação, devido a importância do princípio dentro no ordenamento jurídico brasileiro e, principalmente, devido aos benefícios que isso pode gerar para a sociedade, uma vez que a doação de órgãos tem o poder de salvar vidas e o objetivo principal do direito é, acima de tudo, a proteção da vida humana. O trabalho expõe conflitos legislativos que envolvem o tema, bem como as principais questões que cercam a questão, como por exemplo as principais causas de recusa familiar, em razão do desconhecimento do assunto, o que ainda é muito comum. O presente trabalho foi elaborado de acordo com método qualitativo e a escolha do tema surgiu da necessidade de compreender e conhecer a importância do tema, motivada por seu impacto social, pelo benefício que representa à coletividade, e, ainda, pelos debates construtivos que suscita no âmbito jurídico. Pretende-se, diante disso, buscar soluções para os conflitos legislativos atuais referentes ao tema, por meio de sugestões de adequação, a fim de que o princípio da autonomia da vontade seja aplicado na decisão de autorização de retirada dos órgãos, para que a doação de órgãos se torne uma prática difundida e, com isso, seja possível salvar cada vez mais vidas.

Palavras-chave: Doação de Órgão. Princípio da Autonomia da Vontade

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO USO DA MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES QUE ENVOLVEM OS FILHOS MENORES

ACADÊMICA: CAROLINE DE OLIVEIRA DA SILVA

ORIENTADORA: MILENE PACHECO KINDERMANN

EXAMINADOR: MAURICIO DANIEL MONÇONS ZANOTELLI

EXAMINADORA: PATRICIA CHRISTINA DE MENDONÇA FILETI

E-mail: caroline.oliveirasilva18@gmail.com

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo geral analisar as vantagens e desvantagens do uso da mediação nos conflitos familiares que envolvem filhos menores. A pesquisa se classifica como exploratória, quanto ao seu nível, qualitativa, quanto à abordagem, e bibliográfica, quanto ao procedimento para coleta de dados, sendo utilizadas fontes secundárias, livros e obras congêneres para encontrar os dados necessários para resposta do problema de pesquisa. Entre os conflitos familiares que envolvem menores, foram estudados os relativos à guarda, à visita e aos alimentos. Identificou-se como vantagens do uso da mediação: a facilitação do diálogo e o restabelecimento da comunicação, a preservação das relações familiares, a diminuição dos desgastes, o sigilo, e a autonomia das partes, e como desvantagem: a possibilidade de desigualdade entre as partes. Conclui-se, portanto, que o uso da mediação em conflitos familiares que envolvem filhos menores tem mais vantagens do que desvantagens, havendo a necessidade de ser analisado caso a caso para a correta aplicação desse método, que merecidamente é incentivado pela legislação atual.

Palavras-chave: Mediação. Mediação familiar. Direito de Família. Pais e filhos (Direito).

PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA E USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: (IN)APLICABILIDADE DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA QUANTO AOS EMOLUMENTOS DA USUCAPIÃO ADMINISTRATIVA

ACADÊMICO: DENER VIEIRA NASCIMENTO

ORIENTADOR: TEREZINHA DAMIAN ANTONIO

EXAMINADOR: PAULO DA SILVA FILHO

EXAMINADOR: JOSÉ PAULO BITTENCOURT JR.

E-mail: dener.nascimento@unisul.br

Resumo: Essa monografia tem por objetivo analisar a (in)aplicabilidade da justiça gratuita no processo da usucapião administrativa, com relação à isenção dos emolumentos à luz do princípio do acesso à justiça. Método: Quanto à técnica, o trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, por meio de seleção, leitura e análise de livros, artigos, periódicos legislações, doutrinas e demais publicações que versassem sobre o tema. Resultados: A Constituição Federal de 1988 implantou no ordenamento jurídico o princípio do acesso à justiça (art. 5º, LXXIV). Esse princípio se refere à assistência jurídica e não à assistência judiciária. O instituto da usucapião extrajudicial permite ao indivíduo que pretende usucapir o bem a opção de buscar a resolução da questão no Cartório de Registro de Imóveis. Os emolumentos devem necessariamente permitir a quitação da serventia, a satisfação dos encargos tributários e deixar razoável saldo a benefício do titular, pelo exercício da delegação e assim manter o sistema extrajudicial. No caso da usucapião extrajudicial, discute-se a (in)aplicabilidade do benefício da justiça gratuita àqueles que a ele fazem jus. Por não haver legislação que regulamente essa questão, a correedoria por meio de circular 102/2017 tratam da isenção de emolumentos na usucapião extrajudicial, estabelecendo que a gratuidade deve ser acompanhada de decisão judicial anterior para sua concessão. Conclusão: Nessa perspectiva, entende-se que negar o acesso aos indivíduos que se encaixam nos requisitos da isenção dos emolumentos na via administrativa da usucapião, representa o afastamento de todo um conjunto principiológico, infringindo direitos fundamentais constitucionais, tais como, o acesso à justiça, à isonomia, à assistência judiciária integral e gratuita, e ao direito à propriedade, todos incluídos de forma permanente e caráter imutável na Constituição Federal de 1988. Recomenda-se que entidades legitimadas proponham Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, visando assegurar o disposto no artigo 98, do Código de Processo Civil, para que se inclua a regra da concessão integral ao procedimento da usucapião extrajudicial, como via constitucional adequada para a solução da questão principal tratada nessa monografia, evitando-se as decisões correccionais.

Palavras-chave: Acesso à justiça; usucapião extrajudicial; justiça gratuita

EXECUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL?

ACADÊMICA: EDUARDA DA SILVA OREANO

ORIENTADOR: CRISTIANO DE SOUZA SELIG

EXAMINADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: PAULO DA SILVA FILHO

E-mail: eduardasoreano@gmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico teve por objetivo analisar a (in)existência de ofensa ao Princípio do Devido Processo Legal substancial e procedimental na execução da Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro. Nesse ponto, a fim de alcançar a resposta ao problema lançado, fora classificada a natureza da pesquisa, em relação ao nível de profundidade: exploratória, quanto ao método de abordagem: qualitativa e no que concerne ao procedimento de coleta de dados: bibliográfica e documental. Salienta-se aqui que foram utilizados como instrumentos para coletas de dados: artigos científicos, teses, dissertações, literatura nacional e internacional, legislação, bem como fontes doutrinárias de renomados juristas. Acerca da estrutura do trabalho, julgou a autora necessário organizá-lo em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata-se da introdução ao tema, justificativa de sua problemática e meios pelos quais se obteve a conclusão final. Por sua vez, o segundo capítulo explana ao leitor como as Revoluções industriais se deram até o surgimento do subcampo das Ciências Computacionais chamado Inteligência Artificial e de que modo vem desenvolvendo-se na Era Digital; Igualmente, apresenta às definições de inteligência até sua artificialidade. O terceiro capítulo, em sequência, tem por objetivo demonstrar a execução da Inteligência Artificial no seu aspecto geral e sua execução no Ordenamento Jurídico Brasileiro, distinguindo os termos *machine learning*, *deep learning* e *Big Data*; Ainda, versa sobre os problemas e as facilidades oriundos da exploração das ferramentas dotadas de Inteligência Artificial. No que diz respeito ao quarto capítulo, parte-se do conceito de princípio em direção à disposição acerca do princípio do devido processo legal e, ao fim, aborda-se diretamente ao problema de pesquisa desta exposição. O quinto, e último, capítulo consiste na exposição das palavras de conclusão deste monográfico, em síntese: não se é possível vislumbrar, superficialmente, neste momento, a existência de ofensa ao princípio do devido processo legal, em suas modalidades substancial e procedimental, na execução da IA no Judiciário brasileiro, o quê, por sua vez, não afasta os riscos de tal mecanismo, uma vez que, assim como a Inteligência Artificial é ciência que está ingressando em todas as áreas de conhecimento, do mesmo modo, inegável é sua filiação à ciência jurídica. Todavia, a falibilidade de tais ferramentas apresenta riscos ao preceito constitucional do *due process of law*, raiz de garantias constitucionais como igualdade, publicidade e transparência, acesso à justiça, imparcialidade, persuasão racional do juiz, segurança jurídica, dentre outras, do ordenamento jurídico brasileiro, o qual não caminha em passos tão largos e céleres quanto à sociedade moderna.

Palavras-chave: Devido Processo Legal. Inteligência artificial. Poder Judiciário Brasileiro.

MULTIPARENTALIDADE: CONSOLIDAÇÃO E EFEITOS NO DIREITO BRASILEIRO

ACADÊMICA: FERNANDA NICOLINI DE ALMEIDA

ORIENTADORA: JANAÍNA CARVALHO DE SOUZA

EXAMINADORA: CAROLINA ARAGÃO DE SANTANA

EXAMINADORA: LILIAN PINHO DIAS

E-MAIL: fernanda.nicolini@gmail.com

Resumo: No processo gradativo de reorganização dos núcleos familiares, a multiparentalidade surge como instituto capaz de resguardar o direito dos indivíduos envolvidos nessas novas formações. Para entender essa inovação jurídica, antes é preciso compreender o contexto anterior a seu reconhecimento e a forma como surgiu e se consolidou no Direito brasileiro. Em relação aos efeitos oriundos do seu reconhecimento, merecem atenção especial, em razão das consequências irradiadas para além do Direito das Famílias e a falta de regramento próprio nesse sentido. Ante a lacuna legislativa, esta pesquisa se faz necessária a fim de identificar possíveis diretrizes que norteiem a aplicação e regulação do instituto da multiparentalidade, além de apontar os eventuais limbos jurídicos e discrepâncias legais em que pode resultar. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo verificar como se deu o processo de consolidação da multiparentalidade no direito brasileiro e os efeitos jurídicos decorrentes do seu reconhecimento. Quanto a metodologia utilizada, a abordagem escolhida foi a dedutivo-qualitativa, o procedimento monográfico e a técnica bibliográfica. Para alcançar o objeto central da pesquisa, alguns conceitos principais foram desenvolvidos. Dentre eles: família, parentesco, filiação, princípios norteadores do direito de família, multiparentalidade, reflexos da multiparentalidade no registro civil, nos alimentos e na sucessão, efeitos extensivos da multiparentalidade. Não se pretendeu, contudo, esvair o tema, mas refletir sobre sua importância e lançar luzes para novas pesquisas. Constatou-se, dentre outros, a necessidade de normatização da multiparentalidade e de seus reflexos, com fulcro especialmente na eficaz aplicação desse instituto e na segurança jurídica.

Palavras-chave: Pluralidade familiar. Multiparentalidade. Efeitos jurídicos.

O ESCALONAMENTO DO USO DA FORÇA PELA POLÍCIA MILITAR: ANÁLISE DE CASO DA PONTE RIO NITERÓI/RJ, DE 20/08/2019

ACADÊMICO: GABRIEL CHAGAS VICENTE

ORIENTADOR: ALDO NUNES DA SILVA JÚNIOR

EXAMINADOR: EVERSON BECKER SILVA

EXAMINADOR: PRISCILA DE AZAMBUJA TAGLIARI

E-mail: gabrielchagasvicente@gmail.com

Resumo: Este trabalho aborda, de maneira dedutiva, a competência da Polícia Militar, os procedimentos usados nos casos de intervenção de força energética e o escalonamento do uso da força letal, no caso ocorrido na ponte Rio-Niterói/RJ, em 20 de outubro de 2019, frente à proporcionalidade e à necessidade. A técnica de pesquisa foi a bibliográfica, usando doutrinas, artigos, legislações e periódicos. A crescente dúvida que vem sondando a sociedade sobre o uso moderado de meios para cessar ameaças foi um norteador na decisão de fazer o presente estudo, principalmente após ver esta notícia fatídica em que, aproximadamente às 05h00 da madrugada, do dia 20 de agosto do ano de 2019, sobre a ponte Rio-Niterói, iniciava-se o drama com 38 passageiros de um ônibus. Um jovem de 20 anos, aparentemente transtornado, sequestra um coletivo em Alcântara, no ponto final. Após muitas tentativas de negociação, sobre a ponte do Rio-Niterói/RJ, as quais foram ineficazes, o indivíduo foi abatido por atiradores de elite do BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais, que pôs fim ao sofrimento daqueles passageiros. Assim, busca-se responder à seguinte questão: o uso da força letal pela Polícia Militar nesse caso, obedeceu às regras do escalonamento do uso da força?

Palavras-chave: Polícia Militar. Escalonamento do uso da força letal. Caso da ponte Rio-Niterói 2019.

PRINCÍPIO DA FINALIDADE E DIREITO À IMAGEM: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E USO DO RECONHECIMENTO FACIAL NA RELAÇÃO DE CONSUMO

ACADÊMICA: ISABELLA DE SOUZA COPETTI ELIAS

ORIENTADORA: PATRÍCIA RODRIGUES DE MENEZES CASTAGNA

EXAMINADOR: DENIS DE SOUZA LUIZ

EXAMINADORA: DAIANE DAL MAGO

E-MAIL: isabella_copetti@hotmail.com

Resumo: Diversas tecnologias surgem diariamente e, dentre as finalidades possíveis no momento de sua criação, ressalta-se o aprimoramento das relações pessoais e consumeristas como um dos seus principais objetivos. O reconhecimento facial se apresenta como uma destas tecnologias que, no atual momento, vêm ensejando diversas discussões, em especial no que tange aos limites inerentes ao seu uso e sobre uma possível invasão da privacidade dos cidadãos, o que blindaria certos pontos positivos da inovação. No Brasil, a abordagem da temática ganhou novos rumos com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), com foco na relação da tecnologia com o direito à imagem das pessoas e com o princípio da finalidade do ato. Diante desse cenário, busca-se, por meio deste trabalho, analisar o reconhecimento facial à luz das relações de consumo e eventual desrespeito à privacidade ou imagem das pessoas, com destaque especial aos dispositivos trazidos pela Lei Geral de Proteção de Dados. Para tanto, inicialmente apresentam-se os princípios consumeristas relacionados ao tema da pesquisa; na sequência, breve histórico sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, seus princípios e tratamento de dados, bem como um comparativo entre o direito à imagem no Código Civil e na Lei Geral de Proteção de Dados. Por fim, ao tratar do ponto central da pesquisa, apresentam-se o reconhecimento facial e o Projeto de Lei n. 2.537/2019; o reconhecimento facial na perspectiva da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como nas perspectivas doutrinária e jurisprudencial. Quanto à metodologia empregada, utiliza-se o método dedutivo, mediante a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio do uso de doutrinas, artigos, julgados e legislação que versem sobre a temática analisada.

Palavras-chave: Relação de Consumo. Reconhecimento Facial. Proteção de dados.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

ACADÊMICO: JOÃO ROBERTO LANGE DE LINS NEVES

ORIENTADOR: WÂNIO WIGGERS

EXAMINADOR: ANDRÉ OPILHAR

EXAMINADOR: RODRIGO INDALÊNCIO VILELA VEIGA

E-mail: joarlins@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo o estudo da situação precária em que se encontra o sistema prisional brasileiro. Nele se observam graves violações a direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e a direitos humanos amparados nos tratados internacionais. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é verificar quais foram os fundamentos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para declarar o Estado de Coisas Inconstitucional em relação ao sistema prisional brasileiro. Para isso, no presente estudo foi utilizado, como metodologia científica, o método dedutivo, por meio do qual se pretende chegar, a partir de ideias amplas, a uma conclusão específica. A natureza do trabalho é qualitativa, pois a coleta de dados e informações levou em consideração aspectos teóricos e subjetivos relacionados à qualidade do objeto de estudo. O método procedimental foi monográfico, e os meios utilizados para o estudo foram a doutrina, por meio de livros e artigos, a jurisprudência e a própria ADPF 347, por meio da qual o STF declarou o ECI. Chegou-se à conclusão de que o Supremo Tribunal Federal utilizou, como fundamento da declaração do Estado de Coisas inconstitucional, a existência de violação generalizada de direitos humanos. Também é preciso que haja omissão estrutural dos três Poderes e que a solução para o caso demande ações conjuntas de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana. Sistema Prisional. Estado de Coisas Inconstitucional.

A APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA E A RESPONSABILIDADE CRIMINAL

ACADÊMICO: JULIA DOS SANTOS PEREIRA

ORIENTADOR: TÂNIA MARIA FRANCOSI SANTHIAS

EXAMINADOR: ANNA LUCIA MARTINS MATTOSO

EXAMINADOR: LUCIANA FAÍSCA NAHAS

E-mail: jusntss@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é verificar se a prática do crime de apropriação indébita tributária pelo contribuinte ou responsável, nos termos do artigo 2º, II, da Lei 8.137/1990, constitui crime e que este possa ser responsabilizado penalmente, considerando o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal ao julgar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus n.º 163.334/SC. O método de abordagem será o dedutivo de natureza qualitativa, utilizando do procedimento monográfico. Inicia-se o estudo sobre as vertentes do Direito Penal Tributário e Direito Tributário Penal, atuação e diferenças de cada uma. Segue-se para discussão sobre a tipificação e características dos Crimes Contra a Ordem Tributária, com as devidas condutas dispostas na Lei n.º 8.137/1990, bem como considerações acerca do crime de apropriação indébita tributária. Por fim, apresenta-se a responsabilidade tributária, modalidades, a quem decorre, bem como a análise do Recurso Ordinário em Habeas Corpus n.º 163.334, para auferir o posicionamento do Supremo Tribunal Federal em razão da possibilidade de responsabilização criminal na prática de apropriação indébita tributária. Nestes termos, o STF decidiu no aludido julgamento pela criminalização da prática do crime de apropriação indébita tributária, levando em consideração a conduta dolosa do agente.

Palavras-chave: Direito Penal Tributário. Direito Tributário Penal. Crimes Contra a Ordem Tributária. Apropriação Indébita Tributária. Responsabilidade Penal.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO Nº 26 DO STF E O PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL NA TIPIFICAÇÃO DE CONDUTAS CRIMINOSAS: A POSSÍVEL INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA FUNÇÃO TÍPICA DO LEGISLATIVO

ACADÊMICO: JULIO FELICIANO DE SOUSA

ORIENTADOR: CRISTIANO DE SOUZA SELIG

EXAMINADOR: SILVIO ROBERTO LISBOA

EXAMINADOR: PAULO DA SILVA FILHO

E-mail:juliofeliciano@outlook.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é efetuar a análise da possibilidade de o Poder Judiciário interferir no Poder Legislativo para efetivar a criação de um tipo penal. Quanto ao método utilizado, trata-se do dedutivo, ao passo que no tipo de pesquisa, quanto ao nível, classifica-se como exploratória. Quanto à abordagem da pesquisa, sua categorização é qualitativa e, em relação ao procedimento, bibliográfica, notadamente na utilização de livros jurídicos, bem como legislação, jurisprudência e periódicos. O resultado obtido com esta pesquisa é que o sistema de freios e contrapesos (checks and balances) trazido pela doutrina é efetivo e de extrema necessidade para preservação de um Estado Democrático de Direito e para a manutenção da segurança jurídica, de modo que a decisão proferida na ADO nº 26 não viola o Princípio da Reserva Legal, mas apenas o relativiza para proteção de garantias fundamentais. Verificou-se, também, que o Poder Legislativo, de forma omissiva, deveria legislar para os cidadãos, todavia o faz em prol de interesses próprios, a fim de garantir uma futura candidatura, na grande maioria das vezes. Representam a maioria da população, contudo deixam a minoria à mercê da própria sorte ou dependentes de algum membro militante oprimido que, com muito esforço, conseguiu preservar as garantias que lhe foram concedidas. Constata-se que, no decorrer da história mundial, foram necessárias mortes, conflitos e coragem para que novos direitos fossem conquistados, fazendo, desse modo, com que o poder não estivesse apenas nas mãos do monarca. Isso nos mostra que o sistema tripartite, ainda que possua imperfeições, é o mais efetivo ao garantir direitos e preservar garantias, como ocorreu com o grupo LGBT que, por meio da ADO nº 26, conseguiu assegurar sua integridade física e psíquica, de modo que qualquer conduta homofóbica, a partir da decisão, ensejará na tipificação do crime de racismo, assim como acontece contra atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Palavras-chave: Racismo; Segurança jurídica; Poder Legislativo.

ECOS DO DISCURSO FEMINISTA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: ANÁLISE DO DISCURSO DO ARTIGO 5º, I.

ACADÊMICA: LETÍCIA APARECIDA ZANELA

ORIENTADORA: HELENA IRACY CERQUIZ SANTOS NETO

EXAMINADORA: PATRÍCIA RODRIGUES DE MENEZES CASTAGNA

EXAMINADORA: SUSANA PRETTO

E-MAIL: leticiaazanelaa@gmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar discursivamente, o artigo 5º, I, da CRFB/88. O método utilizado nesta pesquisa estrutura-se na Teoria e Análise de Linguagens, mais precisamente na Análise do Discurso Pecheutiana. A técnica adota é bibliográfica e documental, em razão de serem utilizadas doutrinas, artigos científicos, periódicos e a legislação para o levantamento das condições de produção e da historicidade. O *corpus* de análise desta monografia é o artigo 5º, I, CRFB/88, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Extrai-se do *corpus* os recortes “homens e mulheres” e “igualdade”, a fim de identificar os efeitos de sentidos presentes a partir da historicidade e condições de produção. Concluiu-se, por meio desta pesquisa, que, a partir da historicidade e condições de produção, o *corpus* discursivo apresenta sentidos do discurso jurídico e inscreve-se na formação discursiva feminista, por apresentar ideologicamente o sentido de igualdade entre homens e mulheres proposto pelo feminismo enquanto movimento social organizado.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Direito da Mulher. Direito Constitucional.

POSSIBILIDADE DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL DA PESSOA NATURAL: ESTUDO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TUBARÃO/SC

ACADÊMICO: LETÍCIA BAPTISTA SALVALAGGIO

ORIENTADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: MARÍLIA DE FATIMA BUENO ZÁQUERA

EXAMINADOR: PAULO DA SILVA FILHO

E-mail: leticiasalvalaggio@hotmail.com

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é analisar a possibilidade de desjudicialização da retificação e alteração do nome civil da pessoa natural. O delineamento metodológico da pesquisa orienta-se pelo método de abordagem dedutivo; quanto ao nível classifica-se como pesquisa exploratória, a abordagem será qualitativa e quantitativa, pois serão analisados dados coletados por meio dos formulários de pesquisa, cujo resultado não se restringirá a um tratamento numérico apenas. O procedimento para a coleta de dados será bibliográfico e documental: o primeiro buscará conhecer o entendimento dos doutrinadores acerca do tema, quais os posicionamentos e pensamentos sobre o nome civil, a retificação e alteração e a possibilidade de desjudicialização, além do papel da Serventia Extrajudicial como meio de acesso à justiça, o segundo procedimento será a coleta de dados dos processos judiciais de retificação civil da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Tubarão/SC entre o período de 2015 a 2018. Para análise de dados, buscar-se-á, primeiro, compreender o aspecto subjetivo do tema, e após foi criado gráficos com as variáveis colhidas. Os resultados obtidos com a pesquisa apontam que: dos 103 processos: 53% (cinquenta e três por cento) dos interessados não foram contemplados pela justiça gratuita; atinente às certidões os dados mostraram que 48% (quarenta e oito por cento) dos interessados pretendem a retificação e/ou alteração do nome civil na certidão de nascimento. Observou-se ainda que 41% (quarenta e um por cento) pretenderam a retificação dos nomes dos ascendentes; na mesma porcentagem, 41% (quarenta e um por cento) por motivo de erro ortográfico, e 17% (dezessete por cento) para obtenção da cidadania italiana. A presente pesquisa mostrou que o Ministério Público e o Juiz possuem a mesma linha de entendimento: tanto o parecer do Ministério Público como a sentença do Juiz, igual e maior de 80% (oitenta por cento), apresentaram manifestações favoráveis e sentenças procedentes aos interessados. Por fim, conclui-se que há possibilidade de desjudicialização dos pedidos de retificação e alteração do nome civil da pessoa natural quando não houver lide, diante dos princípios que regem os Cartórios, garantindo publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos, bem como a relativização do princípio da imutabilidade, e as hipóteses de pretensão na via administrativa: maioria civil, do Provimento 73/2018 e 82/2019, bem como as hipóteses do artigo 110 da Lei de Registro Público, após a Lei 13.484/17.

Palavras-chave: Registro Civil. Cidadania. Poder Judiciário. Acesso à Justiça.

O USO DA TÉCNICA DE DISTINÇÃO NO SISTEMA DE PRECEDENTES E A GARANTIA DA ISONOMIA DE ORDEM MATERIAL

ACADÊMICO: LILIANA OLIVEIRA ALFAYA

ORIENTADOR: JEFERSON PUEL

EXAMINADOR: ELVIS DANIEL MÜLLER

EXAMINADOR: LUIZ GUSTAVO LOVATO

E-mail: lili.alfaya@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar as hipóteses de utilização da técnica de distinção, no sistema de precedentes, para garantia da isonomia de ordem material. Esta pesquisa utiliza o método de abordagem dedutivo. A natureza da pesquisa é qualitativa. O procedimento é monográfico e a técnica bibliográfica. A pesquisa inicialmente trata da decisão judicial, dos sistemas jurídicos de maior destaque no ordenamento, do julgamento colegiado e do princípio da segurança jurídica, bem como da garantia da isonomia material. Em seguida, são abordados assuntos como o conceito e a classificação dos precedentes judiciais, a definição da *ratio decidendi* e do *obiter dictum*, assim como a aplicação e o confronto do precedente na hipótese concreta. Por fim, são estudadas as técnicas de afastamento do precedente, isto é, a superação e a distinção, bem como apresentadas decisões judiciais dos tribunais pátrios em que se observa a utilização dos precedentes judiciais. O resultado da pesquisa demonstra que a técnica de distinção deve ser utilizada, nas hipóteses em que for verificada diferença materialmente substancial entre o precedente paradigma e o caso concreto, a fim de garantir a isonomia material, uma vez que a sua utilização permite o julgamento da situação concreta, mantendo a premissa de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

Palavras-chave: Precedente judicial. Distinção. Isonomia material.

A COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO TOMBAMENTO DE BENS PÚBLICOS PERTENCENTES AO ESTADO OU À UNIÃO

ACADÊMICA: MARCIANE LOHN

ORIENTADORA: DEISI CRISTINI SCHVEITZER

EXAMINADORA: DAGLIÉ COLAÇO

EXAMINADORA: PATRÍCIA RODRIGUES MENEZES CASTAGNA

E-MAIL: lohnmarciane@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo verificar se os Municípios, pessoas jurídicas de direito público interno, possuem competência para a efetivação do tombamento de bens públicos de propriedade de outros Entes Federados. Para o desenvolvimento do estudo o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, de natureza qualitativa. Foi aplicada a técnica de pesquisa bibliográfica, por método de procedimento monográfico. Tais elementos atribuídos a essa pesquisa possibilitaram a abordagem de diversos assuntos, como o direito real de propriedade, sua origem, conceituação, características, classificação e poderes inerentes a propriedade. De outro lado, abordou-se aspectos relevantes acerca do instituto do tombamento, regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, versando sobre o conceito e aspectos históricos, mencionando as diversas modalidades desse instituto e os efeitos do tombamento para o proprietário, o poder público e a vizinhança. Posteriormente, discorreu-se a respeito da função social da propriedade e apresentou-se nuances de outros instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, como o inventário, o registro e a desapropriação. Por fim, passou-se a verificar o entendimento no que tange a competência dos Entes Federados para o tombamento de bens públicos, dirigindo-se o estudo principalmente para a competência municipal. Constatando-se, assim, a possibilidade do Município realizar o tombamento de bens públicos pertencentes ao Estado ou à União.

Palavras-chave: Propriedade. Tombamento. Competência.

O STATUS JURÍDICO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS NO BRASIL

ACADÊMICO: MARIA FERNANDA MICHETTI BUESA

ORIENTADOR: DANIELLE MARIA ESPEZIM DOS SANTOS

EXAMINADOR: FÁTIMA KAMEL ABED DEIF ALLAH MUSTAFA

EXAMINADOR: LUCIANA FAÍSCA NAHAS

E-mail: fmichetti@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a forma com que o ordenamento jurídico brasileiro classifica e trata os animais não humanos. Em um primeiro momento apresentam-se as correntes éticas ambientais conhecidas como antropocentrismo, especismo e biocentrismo, que servem como base para a forma com que o Homem convive com as demais espécies. Em sequência, analisa-se a evolução legislativa da proteção aos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, realiza-se uma verificação acerca da forma com que o judiciário brasileiro tem aplicado a legislação existentes em consonância com as mudanças de pensamento social que vem ocorrendo, assim como o projeto de lei que busca positivar um novo enquadramento dos animais não humanos no ordenamento jurídico pátrio. Conclui-se com essa pesquisa que o caminho para que os animais não humanos sejam tratados de forma condizente com suas necessidades ainda está em construção. Utiliza-se para a realização deste trabalho o método de abordagem dedutivo e técnica de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e documental.

Palavras-chave: Animais não humanos. Antropocentrismo. Biocentrismo. Status jurídico.

ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE TUBARÃO NA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO PERÍODO DE 2016 A 2019

ACADÊMICA: MARINA RAMOS ALVES

ORIENTADOR: MILENE PACHECO KINDERMANN

EXAMINADOR: PATRÍCIA CHRISTINA MENDONÇA FILETI PEREIRA

EXAMINADOR: CLÁUDIO DAMACENO PAZ

E-mail: marinaramosalvess@gmail.com

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a atuação do Conselho Tutelar de Tubarão na defesa dos direitos da criança e do adolescente com deficiência no período de 2016 a 2019. Para tanto, utilizou-se o método de natureza exploratória, tendo em vista que não se tinha um conhecimento prévio sobre a atuação do órgão pesquisado, além de se ter realizado a pesquisa das bases legais, sítios eletrônicos de órgãos governamentais e doutrina. Quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa, porquanto houve a coleta e análise de dados, assim como o envolvimento da pesquisadora com o processo da pesquisa. No que tange ao procedimento utilizado para a coleta de dados, esse se deu por meio de realização de entrevista com aplicação de questionário previamente elaborado e aplicado ao colegiado do Conselho Tutelar de Tubarão. O processo de análise de dados se deu com base na pesquisa qualitativa, no qual, com as informações recebidas do Conselho Tutelar de Tubarão, foi realizado o diagnóstico da sua atuação. Foi possível constatar que a atuação do Conselho Tutelar é aquela prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e no que concerne à atuação específica do Conselho Tutelar de Tubarão na defesa dos direitos da criança e do adolescente com deficiência verificou-se que não há uma diferença nos métodos de atuação entre aqueles que possuem ou não deficiências, visto que o órgão municipal dispensa atuação isonômica a todas as crianças e adolescentes. No entanto, dependendo do caso concreto, e da deficiência, as conselheiras tutelares tomam medidas peculiares nos encaminhamentos dessas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Conselho Tutelar de Tubarão. Criança e Adolescente. Deficiência.

(IN)APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL EM SEDE DE EXECUÇÃO ALIMENTÍCIA PARA AFASTAMENTO DA PRISÃO CIVIL: ANÁLISE DO HC 439.973/MG E DO RHC 104.119/RJ, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ACADÊMICO: NÍCOLAS ELIAS FELIPE

ORIENTADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: ZULMAR DUARTE DE OLIVEIRA JÚNIOR

EXAMINADOR: MARÍLIA DE FÁTIMA BUENO ZÁQUERA

E-mail: nic.eliasfelipe@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade analisar o fundamento jurídico adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Habeas Corpus n. 439.973-MG e do Recurso em Habeas Corpus n. 104.119-RJ para afastar, ou não, a aplicação da teoria do adimplemento substancial em sede de execução de alimentos visando repelir a prisão civil do devedor inadimplente. Quanto ao nível, classifica-se como exploratória, buscando incorporar maior familiaridade com a temática proposta. Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, partindo da análise de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais. Quanto ao procedimento de coleta de dados, por fim, classifica-se como bibliográfica e documental, baseando-se no estudo de leis, artigos, doutrinas e jurisprudência. Por meio deste estudo, verificou-se que o Superior Tribunal de Justiça afasta a aplicabilidade da teoria do adimplemento substancial em se tratando de obrigação alimentar, fundamentado na indisponibilidade do direito alimentar, na restrição de aplicação dos princípios do direito privado como um todo ao direito de família diante das especificidades que esse ramo resguarda, bem como na jurisprudência do próprio Tribunal que não admite o pagamento parcial como forma de impedir a execução indireta pelo rito da prisão. Por derradeiro, conclui-se que os princípios da boa-fé e da função social, justificadores da teoria do adimplemento substancial no direito brasileiro, nem sempre prevalecem e, conseqüentemente, acabam perecendo diante da natureza cogente de alguns direitos, sobretudo em relações legais de cunho parental.

Palavras-chave: Obrigações. Adimplemento e inadimplemento. Alimentos. Execução. Prisão por dívida.

A DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: A (IM) POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELA COBERTURA VEGETAL

ACADÊMICO: SILAS MAMEDES BRITES DA SILVA

ORIENTADOR: JEFERSON PUEL

EXAMINADOR: ELVIS DANIEL MÜLLER

EXAMINADOR: DENIS DE SOUZA LUIZ

E-mail: silasmamedes@gmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo demonstrar a possibilidade ou não de indenização pela cobertura vegetal, na desapropriação de Áreas de Preservação Permanente. O método de procedimento é o monográfico, sendo um trabalho sistemático e focado em tema específico. A técnica de pesquisa é bibliográfica, com base na doutrina, na jurisprudência e na legislação pertinentes. O trabalho está dividido em cinco capítulos, inaugurados pela presente introdução e finalizados pela conclusão. Diante do fato de que a propriedade não é um direito absoluto, expõe-se o conceito da desapropriação, seguido por suas modalidades relacionada à temática, bem como a prévia e justa indenização e sua desistência. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Externa ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. São apresentadas as Áreas de Preservação Permanente, com suas características e áreas consolidadas e serviços ecossistêmicos. Abordam-se a desapropriação de Áreas de Preservação Permanente e a possibilidade de fixação de indenização pela cobertura vegetal. Denota-se, como resultado da pesquisa, que há divergência jurisprudencial quanto ao tema, com predomínio do entendimento no sentido de fixação da indenização pela cobertura vegetal.

Palavras-chave: Desapropriação. Área de Preservação Permanente. Cobertura Vegetal.

MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS: ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ACADÊMICA: SIMONE AREZIO DE MELLO

ORIENTADOR: VILSON LEONEL

EXAMINADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: JOÃO BUSS

E-mail: simone.arezio@gmail.com

Resumo: Esta monografia tem por objetivo analisar as decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina sobre o crime de maus-tratos em animais não-humanos. A pesquisa caracteriza-se como documental, sendo de natureza exploratória, que concerne ao uso do entendimento jurisprudencial utilizando uma amostragem de caráter qualitativo e quantitativo. Realizou-se o levantamento dos acórdãos de dois anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, entre setembro de 2017 e setembro de 2019. Dos 32 julgados selecionados, 53% eram recursos com a tipificação do crime de maus-tratos aos animais, e dessas decisões, em 64,7% houve condenação. Observou-se que a legislação aplicada confere importância à lei de crimes ambientais, lei 9605/98 (BRASIL, 1998), que, em consonância com o Código Penal (BRASIL, 1940), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e outras leis ambientais, sugerem um entendimento jurisprudencial já sendo aplicado nas comarcas que compõem o TJSC. A percepção da sentiência animal está avançando perante a legislação brasileira. Com a promulgação da Carta Magna, iniciou-se o processo de personificação do animal não-humano no país, com estados e municípios possuindo legislações autônomas para a preservação das espécies, assim como já ocorre em outros países. É notável a preocupação do Judiciário catarinense em estabelecer um entendimento jurisprudencial uniforme a respeito do tema.

Palavras-chave: Animais. Legislação. Direito Ambiental. Jurisprudência.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – VANTAGENS E DESVANTAGENS: UM ESTUDO NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PALHOÇA

ACADÊMICA: SÔNIA WALFRIDE SCHMIDT

ORIENTADORA: JULIAN DE FREITAS SALVAN

EXAMINADORA: DAGLIÉ COLAÇO

EXAMINADORA: DENIS DE SOUZA LUIZ

E-MAIL: sonia@cmp.sc.gov.br

Resumo: A Administração Pública trabalha em busca de recursos financeiros que garantam o pagamento das despesas necessárias para a concretização de suas ações. A fim de realizar estas despesas de forma segura, ela necessita cumprir alguns requisitos que a legislação exige, dentre os quais a realização de prévia licitação para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Desse modo, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar, na prática, vantagens e desvantagens da utilização do Sistema de Registro de Preços, uma das formas de contratação que podem ser adotadas pela Administração. Por essa razão serão abordados no primeiro capítulo os princípios licitatórios e as modalidades de licitações atualmente existentes, sendo que em duas dessas modalidades é possível aplicar o sistema de registro de preços. A posteriori será abordado especificamente sobre o sistema de registro de preços, desde o seu conceito até o momento da contratação. Na sequência, será evidenciada a metodologia aplicada para a realização da pesquisa, bem como compilação dos dados obtidos para análise dos resultados. Findando com a conclusão dos resultados, objetivo principal desse trabalho. Ao final do trabalho conclui-se, com a pesquisa realizada, que a Administração deverá fazer um exame mais acurado quando da aquisição de alguns bens, visto que, em alguns casos, dele seria mais vantajosa a aquisição pelo procedimento licitatório convencional.

Palavras-chave: Licitação. Registro de Preços. Órgão participante e não participante.

ANIMAIS SENCIENTES NÃO-HUMANOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POSSIBILIDADE DE ALTERAR A NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS PARA SUJEITOS DE DIREITO DESPERSONIFICADOS

ACADÊMICO: TIAGO MARCON

ORIENTADOR: KEILA COMELI ALBERTON

EXAMINADOR: RODRIGO BARRETO

EXAMINADOR: IRAU OLIVEIRA DE SOUZA NETO

E-mail: Tiago-marcon@outlook.com

Resumo: OBJETIVO: O objetivo geral do presente trabalho é analisar a possibilidade de alterar a natureza jurídica dos animais sencientes não-humanos para sujeitos de direito despersonificados no ordenamento jurídico brasileiro. MÉTODO: O método utilizado é o dedutivo; quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa; em relação ao nível de profundidade do estudo, empregou-se a pesquisa exploratória; sobre os procedimentos de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, tendo por base teses e dissertações, doutrinas jurídicas, jurisprudência e artigo científicos. RESULTADOS: Com a presente pesquisa, constatou-se que a legislação brasileira, por muito tempo, permaneceu omissa no que tange à preservação dos animais não-humanos, beneficiando-os apenas por via reflexa. Na esfera constitucional, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os animais alcançaram o devido reconhecimento, vedando-se práticas cruéis a esses seres. Infraconstitucionalmente, constatou-se que os animais são considerados “coisas” pelo atual Código Civil, passíveis de direitos reais. Na jurisprudência, averiguou-se importantes decisões, no sentido de repudiar práticas culturais que causem dor e sofrimento aos animais. Na legislação comparada, constatou-se que países como a Alemanha, Suíça e França adequaram seus respectivos Códigos Civis, os quais deixaram de considerar os animais como “coisas”. No que diz respeito à teoria dos entes despersonificados, verificou-se que a classificação proposta por Fábio Ulhoa Coelho é perfeitamente capaz de abarcar os animais não-humanos, que passariam a ser considerados sujeitos de direito despersonificados. Em pesquisa à literatura, constatou-se que a maioria da doutrina e jurisprudência é contra alterar a natureza jurídica dos animais. Ademais, as grandes empresas de abate animal, o agronegócio, milita a favor da permanência do atual *status* jurídico atribuído aos animais. CONCLUSÃO: Conclui-se que, apesar da teoria dos entes despersonificados satisfazer os requisitos para que os animais sejam considerados sujeitos de direito não-humanos e possam pleitear direitos em juízo através de um representante, a maioria da doutrina, da jurisprudência e da sociedade entende que esses seres são incapazes de adquirir direitos, atributo específico dos seres humanos. Logo, no presente momento, não é possível alterar a natureza jurídica dos animais, assim, permanecerão sendo considerados “coisas” pelo atual Código Civil.

Palavras-chave: Direito animal. Legislação. Dor. Filosofia.